

PORTUGUÊS

7º ANO



HABILIDADE:

EF67LP25 – Reconhecer e utilizar os critérios de organização tópica (do geral para o específico, do específico para o geral etc.), as marcas linguísticas dessa organização (marcadores de ordenação e enumeração, de explicação, definição e exemplificação, por exemplo) e os mecanismos de paráfrase, de maneira a organizar mais adequadamente a coesão e a progressão temática de seus textos.



Conteúdo das atividades:

Atividade 1: TEXTOS PRESCRITIVOS

Atividade 2, 3 e 5: TEXTO NORMATIVO/LEIS E ESTATUTOS

Atividade 4: TEXTOS NORMATIVOS

ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

1 Considere a definição a seguir:

O texto do tipo injuntivo é o que predomina nos textos legais, pois transmite ordens, instruções ou prescrições.

Agora, leia o seguinte trecho da lei Nº 8.242, de 12 de outubro de 1991.

“O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

§ 1º Este conselho integra o conjunto de atribuições da Presidência da República.

§ 2º O Presidente da República pode delegar a órgão executivo de sua escolha o suporte técnico-administrativo-financeiro necessário ao funcionamento do Conanda.”

(Fonte: Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Lei no 8.242, de 12 de outubro de 1991. DOU, Brasília, DF, 16 out. 1991. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8242.htm. Acesso em: 4 mar. 2022.)

De acordo com a definição, pode-se considerar que o texto da lei Nº 8.242 é injuntivo porque:

- a) foi escrito pelo Presidente da República.
- b) ordena a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- c) o Presidente da República escolheu ser responsável pela criação desta lei.
- d) foi decretado pelo Congresso Nacional.
- e) foi sancionado pelo Presidente da República.

2 Leia o texto a seguir para responder à pergunta.

“O VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Disposições Gerais

[...]

Art. 2º Será considerado eleito o candidato a Presidente ou a Governador que obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

§ 1º Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição no último domingo de outubro, concorrendo os dois candidatos mais votados, e considerando-se eleito o que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 2º Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

§ 3º Se, na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescer em segundo lugar mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.”

(Fonte: Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 4 mar. 2022.)

O intuito da lei analisada consiste em:

- dispor sobre o funcionamento do Governo e seus três poderes.
- orientar sobre quais são as melhores maneiras de se eleger uma pessoa.
- dispor sobre quais são as regras para que uma pessoa seja considerada eleita para cargos de presidência e governos no país.
- orientar sobre os procedimentos de contagem de votos nos estados da federação.
- dispor sobre as regras específicas para definição das seções eleitorais.

3

A seguir, você lerá um trecho da lei que dispõe sobre o uso da Internet no Brasil. Leia-o para responder à questão.

“LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.

[...]

Seção II

Da Proteção aos Registros, aos Dados Pessoais e às Comunicações Privadas

Art. 10. A guarda e a disponibilização dos registros de conexão e de acesso a aplicações de internet de que trata esta Lei, bem como de dados pessoais e do conteúdo de comunicações privadas, devem atender à preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das partes direta ou indiretamente envolvidas.

[...]”

(Fonte: Brasil. Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 abr. 2014. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 4 mar. 2022.)

ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

Agora, leia as afirmações a seguir.

- I. A linguagem utilizada pela lei segue a norma-padrão da língua portuguesa.
- II. O uso do verbo “dever” no artigo 10 indica quais são as obrigações relacionadas ao que está disposto no texto.
- III. O objetivo desta lei é reprimir o uso da internet no Brasil.

Está correto o que se diz em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I.
- e) III.

4

O trecho a seguir é parte do regimento interno da Câmara dos Deputados do Brasil. Leia-o para responder à questão.

“REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO I
DA SEDE

Art. 1º A Câmara dos Deputados, com sede na Capital Federal, funciona no Palácio do Congresso Nacional.

Parágrafo único. Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Câmara poderá, por deliberação da Mesa, ad referendum da maioria absoluta dos Deputados, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso no território nacional.

CAPÍTULO II
DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

Art. 2º A Câmara dos Deputados reunir-se-á durante as sessões legislativas:

- I - ordinárias, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro; (Inciso com redação adaptada à Emenda Constitucional nº 50, de 2006, conforme Ato da Mesa nº 80, de 2006)
- II - extraordinárias, quando, com este caráter, for convocado o Congresso Nacional.”

(Fonte: Câmara dos Deputados. RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1989. Disponível em: www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/arquivos-1/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2021-2021.pdf. Acesso em: 7 mar. 2022.)

ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

Examine as afirmações a seguir e indique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () O texto é dividido em itens, como capítulo, artigo e incisos, para facilitar a consulta e organizar as normas estabelecidas.
- () As regras apresentadas valem apenas para a Câmara dos Deputados.
- () Não há menção a outras normas no texto apresentado.
- () As sessões da Câmara dos Deputados podem ser realizadas a qualquer momento, dependendo da vontade dos deputados.

A sequência correta é:

- a) F – V – V – F
- b) V – V – F – F
- c) F – V – F – V
- d) F – F – V – V
- e) V – V – V – F

5

O trecho a seguir foi retirado de um estatuto federal. Leia-o para responder à questão.

“Art. 64. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Art. 66. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado trabalho:

I – noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

II – perigoso, insalubre ou penoso;

III – realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV – realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

[...]”

(Fonte: Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Estatuto da Criança e do Adolescente. Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 7 mar. 2022.)

ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

O uso de artigos é uma característica de textos normativos, pois isso permite que o texto fique mais organizado, além de facilitar a consulta. No trecho lido, são apresentados, em cada um dos artigos e respectivos incisos:

- a) os direitos garantidos para o adolescente que trabalha, bem como os tipos de trabalho que não podem ser realizados pelos adolescentes.
- b) os direitos e deveres do adolescente aprendiz durante o período em que realiza um trabalho.
- c) os deveres do empregador com relação à remuneração dos empregados.
- d) os deveres do aprendiz com relação ao empregador que assegura seu salário.
- e) impedimentos para o trabalho do adolescente, que só poderá trabalhar após os dezoito anos de idade.